

DESTREZA E GINGADO DO ESCRAVO: “ARMAS” DO DIA-A-DIA

Eva Ryan Japiassú de ASSIS

Graduanda em História – UFCG*
Orient. José Pereira de SOUSA JUNIOR

O presente artigo busca analisar as diferentes formas ou estratégias utilizadas por negros e negras durante a escravidão no Brasil e em particular na província da Paraíba do Norte ao longo do período imperial, pois foi uma fase marcada por alguns levantes de escravos em diversas províncias na busca por liberdade.

Em se tratando de escravidão no Brasil percebemos práticas implantadas pelos portugueses, baseada na exploração do trabalho compulsório de africanos, que nos leva a associar indivíduos de pele negra, que viviam para trabalhar, apanhar, serem escravos, como a própria palavra escravidão sugere pessoas que se adequaram “facilmente” ao clima tropical brasileiro, que perderam sua identidade, perderam o direito de continuar suas crenças, tiveram de se habituar a uma dieta alimentar distinta da comum do seu país de origem, suas vestes não condizem mais com as de origem, enfim, são obrigados a incorporarem hábitos que não comungam com a realidade vivida do outro lado do Atlântico.

No entanto, faz-se necessário repensar certos discursos no que diz respeito à maneira do escravo reagir ou não certas imposições, por afirmarem ou verem este como um indivíduo apático a esta nova realidade, que não era bem assim o ocorrido, para isso, atentamos para o acontecido por volta de 1846, no mês de abril, quando o escravo Albino Cabra, mata o feitor, Eleutério José dos Reis, da fazenda ao qual trabalhava e segundo o perito:

“O feitor teria morrido com uma facada sobre o peito direito, que indica ter atravessado o vão e ter tocado o outro lado das costas ... evidente que desta facada seguiu-se sua morte” (JESUS, 2007, p. 73).

No período colonial temos como um dos suportes para que a atividade açucareira funcionasse a escravidão, de maneira bem superficial consistia na utilização da mão-de-obra oriunda da África para trabalhar nos canaviais, engenhos, dentre outros espaços, evidências nos mostram que traficantes se apossavam destes indivíduos no continente africano e os traziam aqui para a América portuguesa, para trabalhar. Naquela época, o transporte era realizado pela travessia do Atlântico, quase sempre uma viagem desconfortável, ao quais navios negreiros, ou tumbeiros, denominado assim em razão do alto índice de mortalidade, constatados no percurso, percebe-se tamanha precariedade, que pouco era adaptado ao transporte de pessoas, aliás, a finalidade destes navios era para o transporte de carga, contudo é possível afirmar que os africanos, por vezes fossem visto assim, como mercadorias, peças.

Além disso, a viagem era longa, as condições de higiene, alimentação, eram péssimas, prova esta era à situação ao qual se encontrava estes tripulantes ao desembarcarem quase sempre debilitados, magros, apresentando várias doenças. Para isto, antes de serem expostos, sujeitos a uma possível venda, os africanos recém chegados ficavam “guardados” em possíveis depósitos, armazéns, inicialmente destinados à estocagem, próximos dos portos, para se recompor, ou seja, nutri-los para que ficasse com melhor aparência estimando uma maior valorização na hora da venda. Contudo, nem mesmo nestes lugares, as condições seriam melhores ou estes indivíduos seriam melhores tratados, muitos não resistiam e contribuía para o aumento dos números dos índices de mortalidade, pois muitos morriam durante o caminho, no trajeto pelo Atlântico e quando isso ocorria, mortes ainda na viagem, os corpos eram lançados ao mar.

“Depois da jornada de 1500 quilômetros ou mais, os novos escravos chegavam finalmente em seu destino... Desembarcados de navios negreiros e depositados em armazéns após exaustivas viagens oceânicas ou marchar forçadas pelo interior do Brasil” (Karasch, 2000, p.67).

Na realidade, nos navios e na própria colônia os procedimentos médicos ainda eram bastante rudimentares, prevalecendo uma medicina baseada no curandeirismo, crendices que pessoas com mais idade transmitiam para familiares e outros, ensinavam “remédios” a base de ervas naturais, ou ainda apelava-se para as rezadeiras, acreditando

que as doenças eram resultados de feitiçarias, “mau-olhado”, dentre outros, sendo assim muitas vezes associava-se as enfermidades as superstições.

Era um número significativo à quantidade e a variação de pessoas doentes, tais como, o tétano, responsável por grande parte dos atestados de óbito, devido o freqüente contato com instrumentos cortantes e infectados, do qual muitas vezes o contato se dava através dos castigos, pois eram açoitados com estes, além de comumente andarem descalços, facilitando a contaminação, já que para a época, calçado era um artefato de luxo, sendo assim só pessoas de um padrão financeiro acrescido, teria acesso a sapatos, um artigo que demonstravam ostentação, que se assemelha a própria aquisição de escravos, indicador de status. Um outro fator preocupante foram as “febres”, que também trouxeram muitos números de mortes, por vezes provocada pela malária que também fazia aumentar os números de mortalidade.

O sarampo também tornou-se um grande vilão, assim como a coqueluche, a varíola e ainda a oftalmia, doença dos olhos, que provocava cegueira, seja ela parcial ou definitiva, que também atingia os bolsos dos traficantes escravistas e comerciantes de escravos que adquiriam assim um grande prejuízo. Entretanto, toda e qualquer doença trazia prejuízos para seus donos, uma vez que os negros precisava de mais cuidados e ainda entravam em uma estatística crescente de mortalidade.

Uma vez ancorado no litoral da colônia portuguesa, principalmente no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, os timoneiros “despejavam” grandes números de africanos, aqui distante de sua terra natal, longe de familiares, amigos, parentes, iniciavam uma nova vida, ênfase seja dada para o descontentamento dessas pessoas, diante de uma realidade indigna, obrigada. Desembarcando nos portos, para serem apresentados como peças/ mercadorias, eram vistos e apreciados com olhares que reluziam cifras, visto sua relevância lucrativa. Neste período ninguém lucrava tanto como os traficantes de escravo, nem mesmo o senhor de engenho, de maneira é notório o constante desempenho, interesse e movimento nas transações de compra e venda dos escravos.

Submetidos a uma triagem, analisava-se o sexo (homem / mulher), preferência por homens, visando melhor adequação na labuta canavieira, assim como procurava-se saber também a idade deles, para garantir o máximo tempo da “vida útil” daquele sujeito, havia prioridade por pessoas que nem fossem tão jovens, nem que tivesse idade muito avançada, visando a produtividade futura destes. Outra prática que se tornara comum era analisar os dentes, pois tens-se um indicativo da vitalidade, da saúde dos negros, processo equivalente a compra de cavalos, mais uma vez notamos uma possível

comparação dos escravos com animais. Uma outra medida importante para os compradores, era a aquisição de negros de origens distintas, uma tentativa de evitar possíveis motins, devido à facilidade de comunicação e às afinidades entre eles, africanos possivelmente poderiam se organizar para reverterem à situação, protestarem escaparem à realidade.

Realizada a compra, dependendo da época bastante cara, já que, como dito anteriormente, ter escravos era um sinônimo de riqueza, ou seja, a quantidade de escravo era associada em números esta riqueza, resultando então no status do proprietário dos escravos, visto isto a constante necessidade de se ter um, temos assim um motivo de disputas entre herdeiros. Caminhando-se com destino à nova “residência”, o trajeto realizado a pé, por muitos quilômetros, também não era fácil, muitos não resistiam, devido a cansaço e desnutrição acumulada. No caso paraibano, os escravos seriam pegos em Recife, e o caminho percorrido seria o inverso ao da produção açucareira para ser comercializada.

Sendo assim estariam inseridas na sua nova “família”, “casas” e principalmente ao trabalho. A princípio desempenhavam atividades com relação ao processo açucareiro, dessa forma passariam a interagir nos canaviais, plantando e cortando a cana-de-açúcar, nos engenhos, moendas, casas de purgação, teriam contato com animais, como o gado que auxiliariam no transporte, no moer da cana, além de realizarem outras atividades adversas. O que também em alguns casos trabalho, os cativos desempenhavam atividades “extras” como artesão, trabalhos em sapataria, pequenos comércios, a partir do contato com a pesca, caça, cultivo de outros produtos, manejo com a pecuária, produtividade com o algodão, couro, dentre outros. Daí a expressão do jesuíta Antonil, no século XVIII, referindo-se a economia do açúcar: *“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível conservar e aumentar fazendas, nem ter engenho corrente”*.

As mulheres, por exemplo, desempenhavam várias atividades, que poderiam está relacionadas com a casa-grande, na própria agricultura e até mesmo no serviço urbano, consideradas negras do ganho. Nas cidades vendiam de tudo, frutas, verduras, cigarros, charutos, velas, pão, água, doces, enfim. Um fato curioso seria a venda de porções consideradas mágicas. Logo, devido a contato com outras pessoas, novas idéias, às vezes idéias abolicionista, além de ganhar uma pequena quantia com seu trabalho essas escravas, conseguiam comprar sua alforria, dada a facilidades e possibilidades que esta sociabilização permitia. Além disso, conseguiam estabelecer contato com escravos

fugidos e ainda, por vezes, tornassem intermediarias nos diálogos com os refugiados nos quilombos.

Um outro trabalho, que tornou bastante comum entre as negras escravas foi serem amas-de-leite, que eram “contratadas”, mas que seu serviço melhor seria valorizado, de acordo com sua cor, a saúde e a condição lactante. Para isso, disputavam espaço nos jornais da época, locais destinados a anúncios, sejam eles de compra, aluguel ou venda de objetos, animais, escravos.

“Aluga-se uma ama, pardinha, de 16 annos, com muito

bom leite, na rua Cosme Velho n.26, Bica da Rainha (Larangeiras)”. (*Jornal do Commercio, Quinta-feira,*

12 de abril

de 1872).

“Aluga-se, de casa de familia, uma optima ama de leite de

Areal

2 mezes, por 60\$, com grande abundancia; na rua do

julho de

n.11.29” (*Jornal do Commercio Quinta-feira, 6 de*

1872).

“Alugão-se crioulinhas, por 15\$, 20\$ e 25\$, para amas

Commercio

seccas, na rua do Hospicio n.260.30” (*Jornal do*

Domingo, 9 de julho de 1872)

Outro fato também comum que pode ser visto como forma de resistência por parte das escravas foi à prática do aborto, uma tentativa talvez de poupar à criança de vivenciar tudo aquilo que ela presenciava, pois na época, a lei estipulava que todo filho de escrava, assim como a mãe, seria escravo também. Comum também tornou-se homens e mulheres, escravos, praticarem o suicídio, que do mesmo modo pode ser visto com uma negação a vida, diante dos percalços que aquele cotidiano proporcionava, que ao mesmo tempo traria prejuízos para seu dono, por se tratar, na visão dele, uma peça de grande valor, que lhe renderia status, dinheiro e trabalho compulsório. Daí a tese de que

quando se aplicava castigos aos escravos não se tinha a intenção de matar, embora em muitos casos ocorresse isto, pois tratava-se de uma mercadoria de muito valor.

O trabalho no campo era árduo, eram muitas horas destinadas ao cultivo, em determinado tempo às atividades açucareiras estariam presas ao cultivo/corte, posteriormente ao processo de obtenção do melaço, rapadura, açúcar, comercialização. Entretanto, nem todos se adequavam rapidamente e aceitava isto de maneira passiva, havia tentativas de fugas, os escravos também se negavam a realizar as tarefas. Conseqüentemente, para manter a disciplina e a obediência dos escravos, aplicavam-se castigos, que em muitos casos fazia-se uso de instrumentos de tortura, que por vezes ocasionava mutilações e humilhações aos escravos, trazendo danos físicos e morais a estes.

Aliás, a violência marcou a escravidão, de maneira que caracterizava outras relações, como entre pais e filhos, esposo e esposa, mestres e alunos, senhores e escravos e principalmente a última, como uma forma de disciplinar e ensiná-los a obedecer. Podemos afirmar que talvez aí estivesse explícito o aspecto patriarca mais cruel da colonização, ou seja, a figura masculina de chefe familiar designava autonomia diante de sua família, agregados e escravos. Logo, várias eram as maneiras torturar um cativo, desde o pelourinho (geralmente em público, para servir de exemplo aos outros), o tronco, açoites, e tantas outras formas de tortura.

Violência também constatada contra as mulheres, não só como castigo físico, mas de caráter moral também, já que muitas eram submetidas aos prazeres de seus donos, ou até mesmo tendo que se prostituir nas cidades, a mando também dos seus donos para ganharem dinheiro. Temos então duas possibilidades para enfrentar esta ocupação, sendo uma obrigada mesmo, forçada e outra idéia seria a convivência por parte destas escravas, por acreditarem em ganhar certos privilégios, mimos, presentes, às vezes tão simples e ainda sujeitas aos desmando das senhoras, que por vezes descobriam estes casos e vingavam-se dessas escravas aplicando-as castigos. No caso das prostitutas das cidades, poderiam também conquistar sua liberdade, conseguida através da compra de sua alforria, posteriormente trabalhando ainda vendendo seu corpo, mas não mais seria propriedade de ninguém. Temos então, anúncios em jornais que reafirmam o interesse dos senhores em vender estes serviços de suas escravas

"[Vende-se] uma negrinha bonita, com o principio de costura; e o motivo não desagradará ao comprador"

“Vende-se uma linda negrinha, própria para dar de mimo, e tem principio de educação, na rua da Alfândega n. 141” (Soares, 2007, p. 178)

Ainda sobre a questão do patriarcalismo, precisamos evidenciar que para os senhores havia uma relação de troca com seus escravos, mesmo que indiretamente, já que, em troca de sua obediência, o senhor arcava com suas despesas no tocante à alimentação, vestimentas e abrigo. Assim, na concepção do senhor, essa, era uma maneira de “agradar” e manter fiéis os escravos. Entretanto na concepção dos escravos, essas atitudes eram mais uma maneira de mantê-los presos naqueles cativeiros.

Fazer alusão à alimentação pode-se destacar que há várias dizeres sobre o tema, pois há autores que afirmam que, os escravos se alimentavam apenas dos restos de comida que provinham da casa-grande, e há outras opiniões que defendem a idéia de que os escravos eram bem nutridos devido o cultivo com a mandioca, além da própria cana-de-açúcar e árvores frutíferas, que compunham o cenário dos engenhos.

Assim, à mandioca, passou ser o alimento mais consumido na América espanhola, seja na forma de farinha, mingau, beiju, tapioca, caldo, bolo, angu ou bebida alcoólica, tornou-se então parte do consumo diário, que dispunha como acompanhamento carnes, legumes, frutas ou doces. Comum também tornou-se a ingestão de frutas como banana e laranja tida em grande quantidade em terras brasileiras. O conhecimento dos doces surgiu a partir da iniciativa portuguesa, que facilitou ainda mais com a produção da cana-de-açúcar. Um outro fator que incrementou a mesa colonial foi os temperos africanos, tais como o azeite-de-dendê, leite de coco, sal e pimenta. Já a contribuição lusa se deu a partir do alho, cebola, coentro, poejo, agrião, mostarda e salsa.

Quanto às vestimentas, como em qualquer outra sociedade, é comum à elite, enfeitar-se com adornos que evidencie sua riqueza. No Brasil colonial não seria diferente. Contudo, estes enfeites não poderiam ser usados pela classe de menos posse, seria considerada uma insulta aos colonizadores a elite do “sangue azul”, por isso medidas legais, régias, foram impostas, questionando os trajes dos escravos, que por sua vez foram proibidos de usarem jóias, sedas, e qualquer representação de luxo (até porque os escravos não possuíam condições para adquirir estes mimos, a não ser “presentes” ou quando livres).

Há autores que afirma que havia escravos bem vestidos e há quem diga que as vestes destes eram muito modestas, em larga escala o algodão era o tecido mais usado, a maioria das roupas bastante gastas, faziam com que escravos andassem quase nus, as escravas, grande maioria, com seios à mostra e pés descalços, motivo pelo quais as mulheres negras eram criticadas por promiscuidades, afirmavam que isto era o motivo pelo quais muitos homens eram acusadas de libidinosas, de atentarem o juízo dos homens. De maneira que era muito raro escravo usarem calçados, com exceção de escravos que acompanhavam o senhor e sua família. O calçado era considerado uma indumentária “requintada”, ao qual nem todos tinham acesso, pois era considerado motivo de prestígio e distinção social, traduzindo assim o “nível” social estaria inserido tal indivíduo.

Ainda com relação às vestes dos escravos, estas também foram motivos de grandes críticas por parte dos jesuítas, por causa de tamanha nudez, que despertava luxúria e pecado, além disso, os escravos, de modo geral, tornaram-se símbolos de lascividade, os homens diziam que as escravas nasciam já com vocações libidinosas, que os colocavam “a perder”.

No tocante à moradia dos escravos, a senzala, que por muitas vezes questionada, na intenção de desvendar o real sentido do termo, descobriu-se que o termo é de origem banta. Autores apontam que se refere à “casa de morada de pretos escravos”, outros afirmam que eram uma choça, palhoça ou cabanas. Por conseguinte, todas estas expressões reafirmam a pequenez, rusticidade e pobreza destas habitações. Em alguns casos, as moradias ficavam próximas à casa-grande, diferente daquelas imagens que freqüentemente permeiam nossas mentes, aos quais as senzalas de espaços pequenos, que amontoavam dezenas de escravos, colados à casa-grande, de modo que havia sim, de fato, mas não era a maioria, pois muitas vezes era concedido aos escravos pequenas cabanas, que os permitia morar nesta localidade, além de se admitir a construção de famílias, diferente daquelas imagens pintadas os quadros de Jean Baptiste Debret, dentre outros.

Faz-se necessário lembrar que os escravos não agiram de forma passiva a todo instante, inerte a tudo, houve resistência sim por parte dos cativos, vários foram os crimes praticados por eles reivindicando suas insatisfações, revoltas e até organização de fugas, e refúgio em quilombos, que também apresentou um grande número, em diversas partes do país.

Em se tratando de insatisfações escravistas, diante da realidade açucareira, é preciso desconstruir a imagem de cativos indolente, que nunca se negaram a fazer alguma atividade, que nunca reivindicaram alguma injustiça ou castigo. De maneira que se torna importante mostrar o escravo como um agente social e detentor de suas próprias vontades, atividades, diferentemente do que comumente abordam, associando a figura do escravo, como sendo um ser irracional, que apenas cumpre ordens do seu senhor.

De maneira que soa estranho afirmar que os escravos atacaram seu senhor, pois o comum seria o escravo se encontrar como vítima e não a inversão de papéis, já que em alguns casos o escravo assumia o papel de personagens que muitas vezes o próprio escravo o censurou, o reprovou, tornara-se então um agressor. Outro questionamento pertinente seria como esses rebeldes teriam acesso ou como conseguiam “atacar” esses grandes proprietários. No entanto, muitas vezes, esses escravos, tidos como revoltosos, eram integrantes da propriedade do seu dono, o senhor do engenho, daí a possibilidade de arquitetar planos de vingança contra seu dono, pois conhecia os movimentos do engenho, assim como da casa-grande, ou até mesmo contra familiares deste senhor, já que também consistia em atingir seu “patrão”.

E ainda quando não era praticado alguma ofensiva contra seu dono ou familiares deste, muitas vezes os escravos vingavam-se em dar prejuízos ao Sr. de engenho, seja quebrando máquinas, instrumentos, matando animais, destruindo lavouras, uma maneira de atingir os bolsos do senhor. No caso das mulheres eram praticados uma série de envenenamento as senhoras ou sinhás, além de lançarem feitiços contra suas senhora, e como forma de se negar ao trabalho, muitas vezes as escravas passavam a incorporar “espírito” desastrada nos afazeres do lar, ao quebrar objetos, em ser lenta serviços, enfim.

Temos também uma “modalidade” de reação por parte dos cativos, que seria a capoeira. Hoje, associada a uma doença ou jogo, difere da prática oitocentista, no entanto, podemos perceber que nas apresentações culturais da atualidade, os “passos” que vemos, encenam golpes que transmite a idéia de ataque, autodesefa, assim, como no esporte do boxe temos golpes com as mãos, na capoeira utilizam-se os pés. No entanto a capoeira que vos falo, meados séc. XIX teriam como finalidade defesa do indivíduo, ou mesmo ataque as vítimas, caracterizando um ato criminal, era tida como uma luta de auto defesa, que por muitas vezes poderia causar óbito. Na capoeira vê-se grande número de instrumentos que foram incorporados, geralmente de cunho cortante, tais como faca, adagas etc, de maneira que os capoeiras, indivíduos que praticavam a

capoeira, espalhava medo nos centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro, capital do Império. Tornou-se comum, escravos e libertos se atriarem, por diversos motivos, muitas vezes até em defesa de seus senhores.

Assim, “vigiados” pela polícia durante o dia, à noite os grupos rivais se “acertavam” longe dos olhares policiais, em meio à escuridão das vilas e cidades. Por muito tempo os capoeiras amedrontavam as pessoas, o medo pairava no ar. Temos então, a prova que os escravos não eram tão passivos, como afirmam. Eles lutavam, questionava e fugiam desta realidade, para isto temos estudos realizados em prol da descoberta dos vários quilombos espalhados por todo o país que apresentam como finalidade escapar a realidade cruel, aos castigos, torturas, humilhações o qual os negros passavam. Nos quilombos ajuda mútua, e o primordial a liberdade, em todos os sentidos, a ponto de determinar como dono do próprio pensar, do próprio corpo, do agir, isto sim seria liberdade.

Logo, podemos traçar vários aspectos, no tocante à escravidão no período colonial, possibilitando apreender sobre outro ângulo, a realidade distorcida da convencional instituída e habitualmente transmitida. E tentar apreender sobre essa cultura riquíssima e que muito ainda tem nos revelar nos fazendo descobrir sobre nossas raízes, nossos ancestrais.

Bibliografia:

- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. “Corpos que nutrem: mulheres procuradas e oferecidas para aluguel e venda na capital da Corte Imperial”
- CHALHOULB, Sidney. “Visões da Liberdade: uma historia das ultimas décadas da escravidão na corte”. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio dos Santos; SOARES, Carlos Eugenio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. “Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil”.
- FERREIRA, Lucia de F. Guerra. “Escravidão e criminalidade”. In Revista do CCHLA – número especial – João Pessoa – UFPB, 1995. P 59-77.
- JESUS, Alysson Luiz Freitas de. “No Sertão de Minas: Escravidão, Violência e Liberdade 1830-1888”. São Paulo, Annablume, 2007.
- KARASCH, Mary C. “A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850”. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. “As relações sociais no mundo escravista” (pp.43-49); “Acordos e conflitos na sociedade escravista” (pp.51-56) In. “A escravidão no Brasil; Relações sociais, acordos e conflitos”. 2 Ed. – São Paulo: Moderna, 2005. - (Coleção polêmica).
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de, “Escravidão Negra no Brasil”. Ed. Ática, São Paulo, 1987.
- ROCHA, Cristiany Miranda. “História de famílias escravas” Campinas-SP, Ed. Da Unicamp, 2004.
- SCHWARTZ, Stuart. “Escravos, roceiros e rebeldes” / trad .Jussara Simões. – Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SOARES, Luiz Carlos. ““““ O Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX”. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.